



Número: **8002073-38.2023.8.05.0242**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS DE SAÚDE**

Última distribuição : **19/12/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Abuso de Poder**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
TIAGO MIRANDA VENANCIO MAIA (AUTOR)	
	MANOEL GUIMARAES NUNES (ADVOGADO)
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PONTO NOVO (REU)	
	ALEX SANDRO SANTANA PORCINO (ADVOGADO)

Outros participantes	
Ministério Público do Estado da Bahia (CUSTOS LEGIS)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
51850 9764	05/09/2025 23:16	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS DE SAÚDE

Processo: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL n. 8002073-38.2023.8.05.0242  
Órgão Julgador: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS DE SAÚDE  
AUTOR: TIAGO MIRANDA VENANCIO MAIA  
Advogado(s): MANOEL GUIMARAES NUNES (OAB:BA16364)  
REU: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PONTO NOVO  
Advogado(s): ALEX SANDRO SANTANA PORCINO (OAB:BA20235)

SENTENÇA

I. RELATÓRIO

Cuida-se de Ação Declaratória de Nulidade, com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada por TIAGO MIRANDA VENÂNCIO MAIA em face da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PONTO NOVO BAHIA. O Autor, ex-Prefeito do Município de Ponto Novo durante o período de 2017 a 2020, busca a declaração de nulidade do Processo Político Administrativo nº 01/2021, que culminou na rejeição de suas contas referentes ao exercício financeiro de 2019, por meio do Decreto Legislativo nº 01/2022, emitido pela Câmara Municipal ré.

O Autor narra que, durante todo o seu mandato, suas contas foram sempre apreciadas e aprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), incluindo a relativa ao exercício financeiro de 2019, objeto da presente demanda. Destaca que os decretos legislativos que aprovaram suas contas dos exercícios de 2017 e 2018 também seguiram o rito legal. Todavia, ao receber o processo referente às contas de 2019, sobre as quais o TCM/BA opinou pela aprovação, a Câmara Municipal, ora acionada, teria iniciado um processo de julgamento viciado por graves nulidades procedimentais, em suposta subserviência política ao atual prefeito municipal, visando prejudicar a vida política eleitoral do Autor.

Em sua exordial, o Autor detalha as alegadas violações aos princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, razoabilidade, proporcionalidade e motivação dos atos administrativos. Sustenta que, após a apresentação de sua defesa prévia, onde arguiu nulidades formais e a legalidade das contas, a Comissão de Orçamento e Finanças rejeitou a preliminar e, embora tenha deferido a produção de prova pericial contábil e documental, determinou que o próprio Autor as produzisse, sem, contudo, notificá-lo adequadamente para tal mister. Ademais, alega que a Comissão agiu isoladamente na condução do processo, sem intimar o Autor para manifestação sobre documentos novos juntados aos autos, e que o parecer final da Comissão foi exarado antes da produção da prova e da



apresentação da defesa final, configurando um simulacro de processo administrativo. Aduz, ainda, que a Câmara Municipal não deu vista do relatório e dos autos à Comissão de Constituição e Justiça, conforme previsto em sua própria resolução.

Como consequência das supostas nulidades, o Autor postula o reconhecimento da inconstitucionalidade formal e material do artigo 2º, IV, da Resolução nº 01/2013, alterada pela Emenda nº 03/2019 da Câmara Municipal de Ponto Novo, por sua incompatibilidade com os princípios constitucionais do devido processo legal, ampla defesa e contraditório. Ao final, requer a procedência da ação para declarar a nulidade do Processo Político Administrativo nº 01/2021 e do Decreto Legislativo nº 01/2022.

Em sua contestação, a Câmara Municipal de Ponto Novo rebate as alegações autorais, sustentando a tempestividade da peça e a improcedência dos pedidos. Argumenta que o Autor confunde o direito à ampla defesa e contraditório com participação ativa em reuniões técnicas de análise de contas pela Comissão de Orçamento e Finanças, o que seria irregular, violando a autonomia e a isenção da comissão. Defende que o Regimento Interno da Câmara e a legislação pertinente foram observados, e que ao Autor foram garantidas duas oportunidades de defesa, além da possibilidade de manifestação no plenário. Afirma que a alegação de nulidade pelo rito procedimental adotado é infundada, pois a legislação que rege o julgamento das contas anuais do executivo foi seguida à risca, e que todos os direitos fundamentais do Acionante foram assegurados de forma irrestrita. Argumenta, ainda, que o parecer final da Comissão foi suficientemente motivado, listando os pontos que levaram à desaprovação das contas. Por fim, pugna pela improcedência total da ação.

O Ministério Público, em seu parecer (Id. 496747753), após analisar a cronologia dos fatos e a documentação acostada, constatou que houve cerceamento da defesa do ex-prefeito Tiago Miranda Venâncio Maia em sede administrativa. Reconheceu a violação às determinações constitucionais do devido processo legal, ampla defesa e contraditório no Processo Político Administrativo nº 01/2021, conduzido pela Câmara de Vereadores de Ponto Novo/BA, manifestando-se pela nulidade do procedimento e pela consequente invalidade do Decreto Legislativo nº 01/2022.

É o relatório. Passo a decidir.

## **II. FUNDAMENTOS**

A presente demanda versa sobre a validade de ato administrativo de julgamento de contas públicas pelo Poder Legislativo Municipal, especificamente quanto à observância dos princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa no procedimento que culminou na rejeição das contas do ex-Prefeito do Município de Ponto Novo, relativas ao exercício financeiro de 2019.

Conforme amplamente narrado pelo Autor e corroborado pelo Ministério Público, o cerne da controvérsia reside na alegação de violação aos direitos fundamentais durante o Processo Político Administrativo (PPA) nº 01/2021, conduzido pela Câmara Municipal de Vereadores de Ponto Novo. Analisando detidamente os autos, é possível extrair uma linha temporal e um conjunto de fatos que demonstram, de forma inequívoca, a ocorrência de vícios procedimentais graves que comprometem a validade do ato administrativo questionado.



Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar que o julgamento das contas de gestão do Poder Executivo pelo Poder Legislativo Municipal é atividade de natureza político-administrativa, mas que, em virtude de sua natureza decisória e de seus reflexos na esfera jurídica do gestor, deve obrigatoriamente observar os preceitos constitucionais inerentes a um devido processo legal, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa em sua plenitude. A própria Constituição Federal, em seu artigo 5º, incisos LIV e LV, assegura a todos, inclusive nos âmbitos judicial e administrativo, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, além de garantir aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Tais garantias são pilares do Estado Democrático de Direito e sua inobservância acarreta a nulidade dos atos praticados.

No caso em apreço, a narrativa apresentada pelo Autor, com o suporte documental, revela que, após a apresentação de sua defesa prévia e a solicitação de produção de provas – notadamente a prova pericial contábil e documental –, a Comissão de Orçamento e Finanças, responsável pela análise das contas, deferiu a produção probatória. Contudo, o que se depreende dos autos é que o Autor não foi devidamente notificado para acompanhar a realização ou mesmo para se manifestar sobre os resultados da produção probatória.

A defesa prévia apresentada pelo ex-Prefeito em 08 de novembro de 2021, como se infere do processado, já continha pedido expresso de produção de provas, incluindo perícia contábil. Em reunião realizada em 17 de novembro de 2021, a Comissão de Julgamento deferiu o pedido de prova documental e pericial contábil, com a ressalva de que a apresentação da defesa final seria o momento oportuno para a juntada dessas provas. No entanto, o ponto crucial e que macula o procedimento é a ausência de qualquer comunicação ao Autor sobre a deliberação de deferimento das provas e a impossibilidade de sua efetiva realização. O Autor teve conhecimento do deferimento das provas apenas no momento de apresentar suas alegações finais, quando o parecer final da comissão já estava concluído.

Esta situação configura um claro cerceamento de defesa, pois, mesmo com o deferimento das provas, o interessado foi impedido de utilizá-las de forma efetiva para subsidiar sua defesa. A concessão de um prazo exíguo para apresentação de alegações finais, após a conclusão do parecer da comissão e sem a possibilidade real de produção e juntada das provas requeridas e deferidas, frustra o direito ao contraditório e à ampla defesa, tornando o procedimento administrativo nulo desde a sua origem.

Ademais, a própria cronologia dos fatos, tal como apresentada e comprovada nos autos, demonstra que o parecer final da Comissão de Julgamento foi emitido em 08 de dezembro de 2021, enquanto as alegações finais do ex-gestor, únicas oportunidades para apresentação de provas, foram protocoladas somente em 25 de fevereiro de 2022, com um prazo de 10 dias para manifestação. Esse lapso temporal entre a conclusão do parecer e a possibilidade de defesa final evidencia uma inversão procedimental que, por si só, compromete a validade do ato. O direito à prova, como parte integrante do devido processo legal, garante não apenas a possibilidade de requerer a sua produção, mas também de participar de sua realização e de se manifestar sobre seus resultados. A impossibilidade de o Autor influenciar o resultado do julgamento com as provas que lhe foram deferidas, mas não efetivamente viabilizadas, demonstra a fragilidade procedimental e a violação ao princípio do contraditório substancial.

A Câmara Municipal, em sua defesa, alega que o Autor teve duas oportunidades



de defesa e poderia ter produzido as provas até a apresentação de suas alegações finais. Contudo, essa argumentação ignora o fato de que a falta de notificação sobre o deferimento das provas e a impossibilidade de sua efetiva produção, dada a impossibilidade de cumpri-las dentro do prazo exíguo da defesa final, impediu a plena realização do direito de defesa. A alegação de que tais reuniões internas da comissão não comportam a participação do interessado, embora possa ter fundamento em regramentos internos, não se sobrepõe às garantias constitucionais quando estas são flagrantemente violadas na prática.

A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que a ausência de intimação para a produção de provas, ou a inviabilização de sua realização, em procedimento administrativo, configura cerceamento de defesa, conduzindo à nulidade do ato. O Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente afirmado que o controle jurisdicional dos processos administrativos, incluindo aqueles de julgamento de contas, restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, com especial atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não se permitindo a incursão no mérito administrativo, exceto em casos de flagrante ilegalidade.

Nesse sentido, a Súmula 665 do STJ estabelece que "O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada". Embora a súmula trate de processo administrativo disciplinar, a sua *ratio decidendi* é perfeitamente aplicável ao caso em tela, que envolve o julgamento de contas públicas e a observância dos mesmos princípios constitucionais.

A atuação da Comissão de Julgamento, ao deferir provas e, posteriormente, inviabilizar sua produção e utilização pelo defendente, culminando em um parecer final exarado sem a devida consideração das provas potencialmente relevantes e sem dar ao ex-Prefeito a oportunidade real de exercitar seu direito de defesa, demonstra uma conduta que viola frontalmente as garantias constitucionais. A própria Câmara Municipal, ao argumentar que o parecer final da Comissão foi devidamente motivado, lista uma série de apontamentos técnicos que, em tese, poderiam ter sido infirmados ou esclarecidos pela produção probatória deferida, mas que não foram integralmente utilizados para a defesa do gestor.

Considerando que o processo administrativo, em sua condução, demonstrou a inobservância de formalidades essenciais à garantia do contraditório e da ampla defesa, notadamente no que tange à produção probatória e à oportunidade de manifestação sobre os atos processuais, torna-se imperativo o reconhecimento da nulidade do Processo Político Administrativo nº 01/2021 e, consequentemente, do Decreto Legislativo nº 01/2022, emitido com base nesse procedimento viciado.

A atuação do Ministério Público, em seu parecer, é conclusiva ao afirmar que houve violação às determinações constitucionais, reconhecendo o cerceamento de defesa e manifestando-se pela nulidade do procedimento e do decreto legislativo. O órgão ministerial, na condição de *custos legis*, atuou com diligência ao analisar o caso sob a perspectiva das garantias fundamentais, e sua manifestação pela procedência da demanda deve ser acolhida por este Juízo, por estar em consonância com a robusta análise fática e jurídica dos autos.



Diante do exposto, e em conformidade com o parecer do Ministério Público, acolho integralmente os argumentos apresentados pelo Autor e reconheço a procedência do pedido para declarar a nulidade do Processo Político Administrativo nº 01/2021, bem como do Decreto Legislativo nº 01/2022, emitidos pela Câmara Municipal de Vereadores de Ponto Novo.

### III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, e com fulcro no parecer ministerial, **JULGO PROCEDENTE** a ação para:

Declarar a nulidade do Processo Político Administrativo nº 01/2021, instaurado pela Câmara Municipal de Vereadores de Ponto Novo, que culminou na rejeição das contas do Autor, Tiago Miranda Venâncio Maia, referentes ao exercício financeiro de 2019.

Declarar a nulidade do Decreto Legislativo nº 01/2022, emitido pela Câmara Municipal de Vereadores de Ponto Novo, que rejeitou as referidas contas.

Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil, considerando a sucumbência total do requerido.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Saúde, datado e assinado digitalmente

IASMIN LEAO BAROUH

Juíza de Direito

